



29x
d

PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira

Mandado de Segurança n. 0323860-0

1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

MANDADO DE SEGURANÇA Nº 0323860-0

IMPETRANTE : MUNICÍPIO DE MACAPARANA

ADVOGADO : TITO LÍVIO DE MORAES ARAÚJO PINTO

IMPETRADO : EXMO. SR. JUIZ DE DIREITO DA COMARCA DE MACAPARANA

LITISCONSORTE PASSIVO NECESSÁRIO: JOSÉ CARLOS JÚNIOR

RELATOR : Desembargador JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA

EMENTA. DIREITO CONSTITUCIONAL E PROCESSUAL CIVIL. MANDADO DE SEGURANÇA. EXECUÇÃO PROVISÓRIA. ART. 14, § 3º, DA LEI N. 12.106/2009. PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS. ART. 100 DA CONSTITUIÇÃO. OBSERVÂNCIA NECESSÁRIA. DECISÃO IMPUGNADA FLAGRANTEMENTE ILEGAL. SEGURANÇA PARCIALMENTE CONCEDIDA.

1. A sentença concessiva da segurança tem aptidão para ser executada provisoriamente, consoante o previsto no art. 14, § 3º, da Lei Federal nº 12.016/2009. Isso significa, em síntese, que a carga mandamental nela encartada (obrigação de fazer ou de não fazer) é susceptível de produzir efeitos imediatos.

2. Todavia, em que pese a força da premissa acima, o pagamento das eventuais diferenças pretéritas - como tais aquelas compreendidas entre a data da impetração e a data da implementação da obrigação de fazer (no caso, de restabelecer o pagamento de vantagem pecuniária recebida a título de estabilidade financeira) - submete-se ao regime de execução por precatório, nos termos da regra geral preconizada no art. 100 da Constituição da República.

3. O litisconsorte passivo necessário, credor de quantia certa contra a Fazenda Municipal, cujo crédito respectivo é oriundo de sentença ainda susceptível de reexame necessário, para a cobrança das vantagens vencimentais devidas a partir da impetração da ação de segurança, na forma do disposto no art. 730, do CPC, deverá promover a execução (execução contra a Fazenda Pública), requerendo a citação da devedora para opor embargos em 30 (trinta) dias (prazo alterado em face do art. 1º B acrescentado à Lei nº 9.494/1997 pela Medida Provisória nº 2.180-35/2001).

4. As execuções de sentença proferidas contra a Fazenda Pública estão sujeitas ao rito previsto no art. 730 do CPC; o juiz não pode, antes de observar esse procedimento, determinar o pagamento da condenação judicial mediante simples ofício ou intimação (cf. STJ-1ª Turma, ED no



ggs
pl

PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira

Mandado de Segurança n. 0323860-0

REsp. 57.798-SP, rel. Min. Ari Pargendler, j. 25.3.98, rejeitaram os embs., v.u., DJU 13.4.98, p. 74).

5. Não opostos embargos ou após o julgamento destes, requisitar-se-á o pagamento por intermédio do Presidente do Tribunal de Justiça do Estado (v. art. 730, I, do CPC), esclarecido que o pagamento se efetivará na ordem de apresentação do precatório e à conta do respectivo crédito (v. art. 730, II, do CPC).

6. Ao final e ao cabo, salienta-se ser é pacífica a orientação que se formou no colendo Supremo Tribunal Federal - STF, a partir da decisão proferida na ADI nº 47, publicada no DJU de 14 de outubro de 1994, no sentido de que, em face do art. 100, da Constituição Federal de 1988, há necessidade de expedição de precatório, mesmo para o pagamento de débitos judiciais de caráter alimentar, devidos pela Fazenda Pública.

7. Ladeado o óbice da Súmula 267/STF, dada a flagrante ilegalidade da decisão impugnada, a Câmara decidiu, à unanimidade, pela concessão parcial da segurança, em ordem a conceder o efeito suspensivo requestado, determinando, por conseguinte, que as parcelas vencidas entre a data da impetração e a data da reimplantação da vantagem vencimental objeto da ação de segurança sejam submetidas ao regime de execução por precatório.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados os autos, em que são partes as acima indicadas, DECIDE a Primeira Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça do Estado, à unanimidade, CONCEDER PARCIALMENTE A SEGURANÇA, tudo nos termos do voto e das inclusas notas taquigráficas, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Recife, 1º. JULHO. 2014


Desembargador JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA
Relator



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira

Mandado de Segurança n. 0323860-0

1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

MANDADO DE SEGURANÇA Nº 0323860-0

IMPETRANTE : MUNICÍPIO DE MACAPARANA

ADVOGADO : TITO LÍVIO DE MORAES ARAÚJO PINTO

IMPETRADO : EXMO. SR. JUIZ DE DIREITO DA COMARCA DE MACAPARANA

LITISCONSORTE PASSIVO NECESSÁRIO: JOSÉ CARLOS JÚNIOR

RELATOR : Desembargador JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR DESEMBARGADOR JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA, RELATOR:

RELATÓRIO

Vistos etc.

1. O Dr. Juiz da Vara Única da Comarca de Macaparana, provendo mandado de segurança, impetrado pelo litisconsorte passivo necessário contra ato do Senhor Prefeito do Município de Macaparana, antecipou a eficácia da decisão final de mérito, no ato sentencial, e, em consequência, *incontinenti*, notificou a autoridade impetrada para cumprir imediatamente o *decisum*, sendo certo que, para além da (re)implantação em folha de pagamento de vantagem remuneratória em favor do impetrante (obrigação de fazer), consignou, igualmente, na ordem mandamental, que a autoridade impetrada deveria proceder ao pagamento de toda diferença vencimental pretérita, desde a citação inicial, independentemente de execução ou precatório (obrigação de dar).

2. Instado a se manifestar, o Juiz prestou as informações devidas. Em suma, disse-se surpreendido com a impetração do *writ*. É que, para impugnar a decisão por ele proferida, lançada aos autos n. 0000278-25.2013.8.17.0930, cabe recurso de apelação. Ante o exposto, invocou a aplicação da Súmula n. 267 do STF, cujo verbete infere: "Não cabe mandado de segurança contra ato judicial passível de recurso ou correição".



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira

Mandado de Segurança n. 0323860-0

3. O litisconsorte passivo necessário, em que pese ter sido devidamente intimado, deixou transcorrer o prazo *in albis*, quedando-se inerte, cf. certidão de fl. 272.

4. A e. Procuradora de Justiça - MPPE, com assento nesta 1ª Câmara de Direito Público, pugnou pela realização de diligências (fls. 276/278), as quais restaram indeferidas, sob os argumentos repousados às fls. 281/282. Em seguida, sobreveio a manifestação de mérito, cf. fls. 287/290, propugnando pela concessão parcial da segurança.

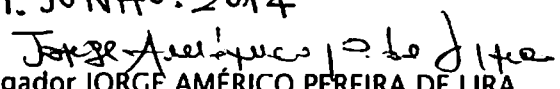
Os autos volveram-me conclusos aos 16.05.2014.

Eis o relatório.

Inclua-se o feito em pauta para julgamento oportuno, independentemente de revisão, à luz do parágrafo 1º do art. 20 da Lei 12.016/2009.

Como bem ressalta LEONARDO CARNEIRO DA CUNHA, em sua obra a Fazenda Pública em Juízo: "o mandado de segurança, por ser uma ação de procedimento sumário, tem como principais características a celeridade e rapidez dos julgamentos, sendo, portanto, desnecessária a figura do revisor"¹.

Recife, 11. JUNHO. 2014


Desembargador JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA
RELATOR

¹ CUNHA, Leonardo Carneiro da. A Fazenda Pública em Juízo. Ed. Dialética. 10ª Ed. rev. atual. p. 483 e ss.



299
20

PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira

Mandado de Segurança n. 0323860-0

1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

MANDADO DE SEGURANÇA Nº 0323860-0

IMPETRANTE : MUNICÍPIO DE MACAPARANA

ADVOGADO : TITO LÍVIO DE MORAES ARAÚJO PINTO

IMPETRADO : EXMO. SR. JUIZ DE DIREITO DA COMARCA DE MACAPARANA

LITISCONSORTE PASSIVO NECESSÁRIO: JOSÉ CARLOS JÚNIOR

RELATOR : Desembargador JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR DESEMBARGADOR JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA, RELATOR:

VOTO

1. Certo, a sentença concessiva da segurança tem aptidão para ser executada provisoriamente, consoante o previsto no art. 14, § 3º, da Lei Federal nº 12.016/2009. Isso significa, em síntese, que a carga mandamental nela encartada (obrigação de fazer ou de não fazer) é susceptível de produzir efeitos imediatos.

2. Todavia, em que pese a força da premissa acima, o pagamento das eventuais diferenças pretéritas - como tais aquelas compreendidas entre a data da impetração e a data da implementação da obrigação de fazer (no caso, de restabelecer o pagamento de vantagem pecuniária recebida a título de estabilidade financeira) - submete-se ao regime de execução por precatório, nos termos da regra geral preconizada no art. 100 da Constituição da República.

Art. 100. Os pagamentos devidos pelas Fazendas Públicas Federal, Estaduais, Distrital e Municipais, em virtude de sentença judiciária, far-se-ão exclusivamente na ordem cronológica de apresentação dos precatórios e à conta dos créditos respectivos, proibida a designação de casos ou de pessoas nas dotações orçamentárias e nos créditos adicionais abertos para este fim. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 62, de 2009). (Vide Emenda Constitucional nº 62, de 2009)



300
a

PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira

Mandado de Segurança n. 0323860-0

3. O litisconsorte passivo necessário, credor de quantia certa contra a Fazenda Municipal, cujo crédito respectivo é oriundo de sentença ainda susceptível de reexame necessário, para a cobrança das vantagens vencimentais devidas a partir da impetração da ação de segurança, na forma do disposto no art. 730, do CPC, deverá promover a execução (execução contra a Fazenda Pública), requerendo a citação da devedora para opor embargos em 30 (trinta) dias (prazo alterado em face do art. 1º B acrescentado à Lei nº 9.494/1997 pela Medida Provisória nº 2.180-35/2001).

As execuções de sentença proferidas contra a Fazenda Pública estão sujeitas ao rito previsto no art. 730 do CPC; o juiz não pode, antes de observar esse procedimento, determinar o pagamento da condenação judicial mediante simples ofício ou intimação (cf. STJ-1ª Turma, ED no REsp. 57.798-SP, rel. Min. Ari Pargendler, j. 25.3.98, rejeitaram os embs., v.u., DJU 13.4.98, p. 74). Nesse mesmo sentido:

"A teor do que preceitua o art. 730 do CPC, é imprescindível citar a Fazenda Pública para opor embargos à execução por quantia certa contra ela movida" (RSTJ 75/259, STJ-RT 723/295)

Ainda assim:

"É inválida a expedição de ofício requisitório, sem prévio requerimento de citação da Fazenda Pública para opor embargos" (STJ-RT 717/282).

4. Não opostos embargos ou após o julgamento destes, requisitar-se-á o pagamento por intermédio do Presidente do Tribunal de Justiça do Estado (v. art. 730, I, do CPC), esclarecido que o pagamento se efetivará na ordem de apresentação do precatório e à conta do respectivo crédito (v. art. 730, II, do CPC).

5. Esclareço, ao final e ao cabo, que é pacífica a orientação que se formou no Colendo Supremo Tribunal Federal, a partir da decisão proferida na ADI nº 47, publicada no DJU de 14 de outubro de 1994, no sentido de que, em face do art. 100, da Constituição Federal de 1988, há necessidade de expedição de



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira

Mandado de Segurança n. 0323860-0

precatório, mesmo para o pagamento de débitos judiciais de caráter alimentar, devidos pela Fazenda Pública².

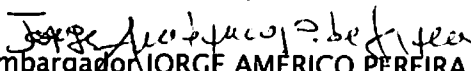
Confira-se, a propósito:

"Precatório. Prestações de natureza alimentícia. Art. 100, *caput*, da Constituição Federal. Já se firmou a jurisprudência desta Corte no sentido de que a exceção prevista no art. 100, *caput*, da Constituição Federal, em favor dos créditos de natureza trabalhista, não dispensa o precatório, limitando-se a isentá-los da observância da ordem cronológica em relação às dívidas de outra natureza, porventura mais antigas. Recurso extraordinário conhecido e provido" (RE nº 195281-4, relator Ministro Moreira Alves, Informativo STF nº 18 - DJ de 09.02.96).

6. Na esteira do exposto, afastando o óbice da Súmula 267/STF, dada a flagrante ilegalidade da decisão impugnada, VOTO no sentido de DEFERIR PARCIALMENTE a segurança, em ordem a conceder o efeito suspensivo requestado, determinando, por conseguinte, que as parcelas vencidas entre a data da impetração e a data da reimplantação da vantagem vencimental objeto da ação de segurança sejam submetidas ao regime de execução por precatório.

7. Mantenho, portanto, a ordem de execução imediata da obrigação de fazer consistente na reimplantação do adicional de estabilidade financeira emergente da sentença concessiva da segurança, o que deve ser providenciado pelo Município na primeira folha de pagamento que se seguir à data da intimação da sentença.

É como VOTO. Recife, 1º, jul. 2014


Desembargador JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA
RELATOR

² V. neste sentido: STF - 1ª T. - RE nº 222435/RS - rel. Min. Octávio Gallotti - DJ de 06.11.98), sem, entretanto, a observância da ordem cronológica de apresentação em relação às dívidas de natureza diversa, em consonância com a Súmula nº 144 do Superior Tribunal de Justiça (v. STJ - 5ª T. - REsp. nº 64833/SP - Rel. Min. Edson Vidigal - DJ de 06.05.96; REsp. nº 108483/RS - 6ª T - Rel. Min. Anselmo Santiago - DJ de 30.11.98; e REsp. nº 48276/SP - 5ª T. - Rel. Min. Jesus Costa Lima - DJ de 06.06.94.